



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e

SEDE: Rua António Girão, 91 1ª

Telef. 29917 - Setúbal -

Impostos

COMUNICADO Nº 33/81

em - 18 / 8 / 81

A TODOS OS TRABALHADORES

A reflexão é hoje a nossa dominante.

Paremos ao menos hoje, para pensarmos! E, pensemos hoje no nosso Sindicato. Coeso. Unido. Com uma vontade comum. Única.

E, pensemos hoje em nós, trabalhadores das Contribuições e Impostos. - Coesos?, Unidos?, Com uma vontade comum?, Única?, Invencível?

Afirmações sobre o nosso Sindicato. Categóricas. Firmes. O que é e tem sido a nossa constante.

Interrogações sobre nós - trabalhadores dos Impostos. Dubitativas? Aleatórias? Inconcebíveis?

É verdade. São quesitos de ponderação que pomos hoje. Para sabermos todos - Contínuos, Oficiais, Liquidadores, Técnicos, TV.s, Peritos, Chefes, Subdirectores, Directores - o que queremos amanhã.

Paremos pois, e pensemos no Movimento. No Movimento estático. Emperrado. Agonizante. Esgotante. Parado. Pensemos nos Movimentos que poderão vir a estar assim. Parados. Esgotados. Emperrados. Divididos. E divididos entre os que têm habilitações e os que não têm habilitações. E divididos entre os que são doutores e os que não são doutores. E entre os que são técnicos e os que não são técnicos.

Tal como hoje. Os que são liquidadores e os que não são liquidadores. Tal como hoje. Os que são oficiais e os que não são oficiais.

Tal como foi ontem nas negociações da reestruturação?

Não estávamos todos nós trabalhadores, unidos?

Tal como ontem, teremos que continuar unidos. Coesos. Imbatíveis. Embora dialogantes. Embora talvez não tão dialogantes... Hoje.

Senão vejamos, sobre a celeridade (?) dos problemas relacionados com o Movimento, após a conclusão administrativa da lista elaborada pelos serviços competentes da D. G. C. I.:

- 12 de Maio - Reunião com o Secretário de Estado do Orçamento, onde sugerimos a elaboração de um diploma que desbloqueasse o Movimento, de entre outras questões.
- 2 de Junho - Reunião marcada com o Sec. Est. Orçamento a qual acabou por ser adiada para o dia 16 próximo.
- 8 de Junho - Comunicação telefónica com o Sec. Est. Orçamento que nos garantiu a reunião para o dia 16.
- 16 de Junho - Reunião com o Sec. Est. Orçamento que apresentou o projecto do D. Lei que versa, em síntese o seguinte:

1ª) - Antiguidade reportada a 15 de Fevereiro de 1980.

2ª) - Anulação das barreiras impostas pelo D. Lei 180/80.

Evidenciou esforços para que o referido diploma fosse agendado o mais rapidamente possível para uma das próximas reuniões do Conselho Ministros.

Foi-nos ainda garantido que logo que o diploma fosse publicado, a promoção se faria nos termos do Artº 3º, nº 2 do D. Lei nº 146-C/80 de 22/5.

- Urgente conveniência de serviço, com visto posterior pelo Tribunal de Contas.

- 25 de Junho - No Conselho de Ministros o diploma não foi discutido.
- 26 de Junho - Sec. Est. do Orçamento diz-nos que fará tudo para que o diploma seja aprovado no próximo Conselho de Ministros.
- 2 de Julho - O Sec. Est. Orçamento diz-nos que houve atraso burocrático mas que o diploma será agendado para a próxima reunião de Conselho de Ministros (que seria a 9).
- 9 de Julho - Reunião de Conselho de Ministros anulada. O D. Lei passa para a agenda do próximo Conselho de Ministros.
- 14 de Julho - Conselho de Ministros, mais uma vez o diploma não é debatido.
- 15 de Julho - O Sindicato tenta conseguir informações, ninguém as dá.
- 16 de Julho - Do gabinete do Sec. Est. Orçamento informou-nos:
O Dec. Lei esteve agendado, foi retirado para parecer do Sec. do Est. da ~~Reforma~~ Administrativa. Será agendado de novo, após esse parecer.
Deslocámo-nos à Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com cujo chefe de gabinete falámos, o qual nos informou ser obrigatório o parecer prévio da Secretaria do Estado da Reforma Administrativa.
- De 16 Julho a
- 3 de Agosto - Diligências diversas levadas a efeito pelo Sindicato no sentido de acelerar o parecer da Reforma Administrativa, e a agendamento para a reunião de Conselho de Ministros.
- 3 de Agosto - Conversação telefónica com o Ministro de Finanças que garantiu a inclusão na agenda do diploma, para a reunião do Conselho de Ministros de dia 6.
- 6 de Agosto - Devido à crise política, o diploma não é debatido no Conselho de Ministros.
- 7 de Agosto - Ofícios dirigidos aos Ministros de Finanças e Sec. Est. do Orçamento protestando pela demora do que nos foi garantido na reunião de 16 de Junho e contra os sucessivos adiamentos.
- 11 de Agosto - Conversação telefónica com o Ministro de Finanças que nos garantiu que iria dia 13 a Conselho de Ministros.
- 13 de Agosto - Tomámos conhecimento por ordem do 1º Ministro, que foi formada uma comissão constituída pelo Ministro de Finanças, pelo Ministro da Justiça e pelo Sec. Est. da Reforma Administrativa para análise do nosso diploma e de outros do Ministério da Justiça.
- 14 de Agosto - Pedido de audiência ao Sec. Est. da Reforma Administrativa.
- 18 de Agosto - Ú L T I M A H O R A .
Comunicou-nos via telefónica, o Sec. Est. do Orçamento, que tanto ele como o Ministro das Finanças tudo farão para desbloquear o problema. Com essa finalidade, já convocou o Sec. Est. da Reforma Administrativa, para uma reunião na próxima 2ª feira, dia 24, com a presença do Director Geral e de mais um técnico da D.G.C.I., às 15 horas na Sec. Est. do Orçamento. Das conclusões da reunião teremos conhecimento ainda nesse dia. Esperamos que dela resulte o desbloquear do Movimento e a sua concretização prática e imediata, pois que além de justa, se insere na perspectiva do interesse nacional,

" O preenchimento dos quadros na D.G.C.I. por forma a se conseguir a efectiva capacidade de resposta dos serviços perante o público contribuinte ".

A Administração e o Governo sabem que, os trabalhadores não estão dispostos a aceitarem esta situação de impasse que a todos nos prejudica.
Mantém-te alerta e informado, pois esta é a altura decisiva.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

A DIRECÇÃO,

